

EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 935.399 - MG (2016/0156625-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : ERNESTO PASSOS DE ANDRADE
EMBARGANTE : MARIA NUBIA ALVES CRUZ
ADVOGADO : JOÃO ROMUALDO FERNANDES DA SILVA E OUTRO(S)
- MG056522
EMBARGADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : JASON SOARES DE ALBERGARIA NETO E OUTRO(S) -
MG046631
RICARDO SÉRGIO RIGHI - MG076000
INTERES. : MAURO LUCIO SASDELLI

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por ERNESTO PASSOS DE ANDRADE contra decisão monocrática de minha lavra, proferida com a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL OFERECIDO CONTRA DECISÃO ADMINISTRATIVA. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DOS PARTICULARES INDEFERIDOS LIMINARMENTE.

2. Inconformado, o recorrente repete as razões recursais dos Embargos de Divergência, afirmando que seria omissa a decisão por não rebater especificamente os argumentos do recurso.

3. Impugnação às fls. 874/882.

4. É o relatório.

5. De início, cumpre esclarecer que o art. 1.022 do CPC/2015 é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em

que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão.

6. Destarte, infere-se que, não obstante prepondere a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do *decisum*, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição ou omissão; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, é dizer, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório em seu dispositivo, mas aclaratório ou integrativo, daí não sendo seu processamento norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade.

7. Destaca-se, ainda, que, tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o Órgão Julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes, mormente quando desinfluentes para a solução da lide, ou se notório o caráter de infringência do julgado. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ART. 535, II DO CPC. CONTRARIEDADE. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÃO. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. LEI FEDERAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. MATÉRIA LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. *Tendo o Tribunal de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não há falar em afronta ao art. 535, II do CPC, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (Resp. 763.983/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ 28/11/05).*

(...).

5. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 12.346/RO, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 26.8.2011).*

8. Ademais, a contradição autorizadora da oposição dos Aclaratórios é aquela de ordem interna, que se caracteriza nos termos da própria decisão embargada, e não entre os termos da decisão e o entendimento que a parte reputa

Superior Tribunal de Justiça

correto.

9. Feitas estas observações, nota-se que as razões recursais não revelam a presença de quaisquer das circunstâncias ensejadoras dos Aclaratórios, impondo-se sua rejeição.

10. Ante o exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração do Particular.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR